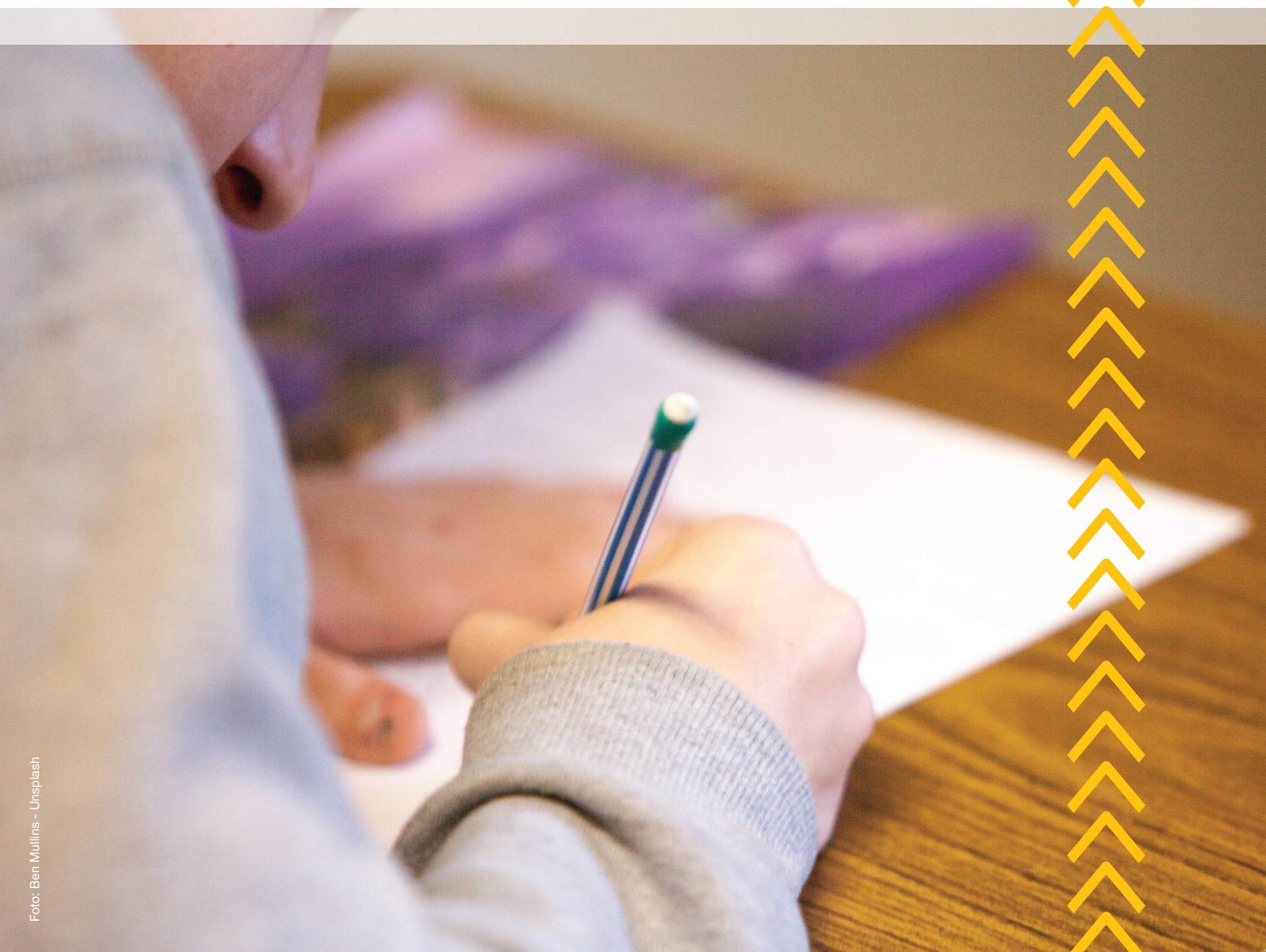


EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Relatório do 3º Quadrimestre de 2021





SUMÁRIO



APRESENTAÇÃO	2
SUMÁRIO-EXECUTIVO	3
INTRODUÇÃO	5
ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2021	7
ANÁLISE DOS RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO DE 2021	15
CONCLUSÃO	21

APRESENTAÇÃO



SOBRE O TODOS PELA EDUCAÇÃO

O Todos Pela Educação é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, plural e suprapartidária, fundada em 2006. Com uma atuação independente e sem receber recursos públicos, nosso foco é contribuir para melhorar a Educação Básica no Brasil. Para isso, desenvolvemos ações visando ampliar o senso de urgência para a necessidade de mudanças na Educação, produzimos conhecimento com o objetivo de apoiar a tomada de decisão das diferentes esferas do poder público e articulamos junto aos principais atores para efetivar as medidas que podem impactar os rumos da Educação. Além disso, monitoramos crítica e continuamente os indicadores e as políticas educacionais do País.

SOBRE ESTE RELATÓRIO BIMESTRAL

Este relatório tem o objetivo de compreender os fatores que impactaram a disponibilidade de recursos e a execução orçamentária do Ministério da Educação (MEC), com o foco na Educação Básica. Para tanto, com base em publicações bimestrais do Ministério da Economia, são destacadas as variações da dotação atualizada, as taxas de empenho e pagamento do MEC e análises quantitativas e qualitativas acerca da execução de recursos públicos, com destaque para alguns programas e políticas específicas. Nesta edição, apresentamos a análise da execução orçamentária da Pasta para o terceiro e o quarto bimestres de 2021.

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO

Priscila Cruz
Presidente-Executiva

Olavo Nogueira Filho
Diretor-Executivo

Lucas Hoogerbrugge
Líder de Relações
Governamentais

AUTORIA E REDAÇÃO

Marina Rosa
Coordenadora de Relações
Governamentais – Legislativo

APOIO TÉCNICO

Manuela Pereira
Coordenadora de Produção
Técnica e Legislativa

CONSULTORIA TÉCNICA

Marcos Mognatti
Contador e Especialista em
Orçamento Público pelo ISC/TCU

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Tiemy Akamine
Líder de Comunicação e Mobilização

Naiara Albuquerque
Coordenadora de Comunicação

SUMÁRIO-EXECUTIVO

> 1

O Ministério da Educação encerrou 2021 com uma taxa de empenho de 95% e uma taxa de pagamento de 82%. Com apenas 77%, Educação Básica possuiu a menor taxa de pagamento do ano.

> 2

Entre as unidades orçamentárias que possuem menor taxa de pagamento na subfunção Educação Básica, está o INEP, com apenas 39%, muito distante das outras, como CAPES (94%) e FNDE (74%). Esses valores apresentam melhoria em relação às taxas de 2020 – 25% para o INEP, 74% para a CAPES e 75% para o FNDE.

> 3

Não houve pagamento de emendas impositivas (individuais e bancada) dentro do exercício de 2021, comparado com um empenho de 98%. Também chama atenção o crescimento da proporção de recursos destinados via emenda de relator nos últimos dois anos, em relação ao total de recursos das emendas.

> 4

A ação Infraestrutura da Educação Básica fechou o ano com uma dotação de R\$ 866 milhões e taxa de pagamento de 16%. Parte significativa do orçamento dessa ação (60%) é diretamente dependente das emendas de relator (RP 9).

> 5

O orçamento discricionário (RP 2) da ação Infraestrutura da Educação Básica teve pagamento de apenas 5% da dotação total.



> 6

As ações relacionadas ao apoio e à implantação de escolas de Educação Infantil tiveram uma taxa de pagamento significativamente superior às demais ações que compõem a subfunção Educação Básica (97% e 71%, respectivamente). Apesar disso, no que tange à ação Infraestrutura da Educação Infantil, houve um decréscimo de 40% da dotação disponível.

> 7

Os restos a pagar inscritos em 2021 somam R\$ 8 bilhões e possuem comportamento geral semelhante aos exercícios anteriores.

> 8

Ao analisarmos os últimos três anos em termos nominais, há um crescimento dos restos a pagar relacionados à Educação Básica. Os restos a pagar de administração e encargos tiveram queda na mesma proporção. As subfunções de Educação Superior e Educação Profissional tiveram comportamento estável no mesmo período.

> 9

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é responsável por 74% do total inscrito em restos a pagar. A ação Infraestrutura da Educação Básica corresponde a 61% desse valor.

> 10

Em termos nominais, observa-se nos últimos 3 anos um aumento de 3 vezes no valor dos restos a pagar para a ação Infraestrutura da Educação Básica.



1. INTRODUÇÃO



Neste relatório de acompanhamento orçamentário do MEC, apresentamos a execução orçamentária do último quadrimestre de 2021, tendo como foco o desempenho da execução tanto das unidades orçamentárias que compõem o orçamento do Ministério da Educação (ex.: FNDE, INEP), quanto do agrupamento das subfunções (administração e encargos, Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional). É uma visão ampla do exercício de 2021, que permite uma abordagem consolidada das prioridades da pasta ao longo do ano e dos resultados finais da gestão em termos orçamentários.

Sabemos que é um desafio para os gestores, ao final de todo exercício financeiro, atingir uma taxa de pagamento satisfatória e definir o que precisará ser inscrito em restos a pagar. Tanto pela natureza dos serviços contratados, quanto por adversidades que podem ocorrer durante o ano, não previstas na Lei Orçamentária Anual. No entanto, é importante frisar que a priorização do orçamento, seja em sua elaboração, seja na execução, demonstra com clareza as prioridades alocativas de um governo. Como pode ser observado ao longo do relatório, o encerramento do ano de 2021 também não fugiu à regra dos últimos anos, havendo elementos preocupantes em relação à execução orçamentária.

O principal dado a ser destacado neste relatório é que a Educação Básica continua apresentando baixa prioridade na efetivação do orçamento do MEC. Ao analisarmos por agrupamento de subfunção, observamos que a Educação Básica apresentou a segunda menor taxa de empenho (93%) e a menor taxa de pagamento (77%) entre todas as subfunções em 2021.

Para além da responsabilidade direta do Ministério da Educação, é necessário cobrar o avanço de outras medidas que possam melhorar as condições orçamentárias da Educação. Ainda como apontado no relatório de fechamento do ano de 2020, ressaltamos a necessidade de, passada a votação da PEC que instituiu o Novo Fundeb (EC 108/2020) e sua respectiva Lei de Regulamentação (Lei nº 14.113/2020), o Congresso Nacional se debruçar na aprovação dos Projetos de Lei Complementar¹ que buscam

¹ PLP nº 235/2019, do Senado Federal; PLP 25/2019, PLP 47/2019, PLP 216/2019 e PLP 267/2020, da Câmara dos Deputados.

instituir o Sistema Nacional de Educação. Esses projetos guardam relação direta com o aumento da eficiência e transparência na alocação de recursos da Educação Básica.

É urgente a aprovação de tal matéria, visto que um dos objetivos do Sistema consiste em racionalizar a aplicação dos recursos públicos vinculados à Educação a partir da pactuação entre os entes federados. Espera-se, com a instituição do Sistema, implementar uma importante ferramenta com impacto direto no aprimoramento do gasto discricionário e obrigatório do Ministério da Educação.

Ao longo deste relatório, apresentaremos o detalhamento da execução orçamentária do Ministério da Educação apontando sua performance durante o ano e indicando comportamentos atípicos ou insatisfatórios. Na próxima seção, traremos a análise da execução orçamentária do último quadrimestre do ano, o que provê uma visão sistêmica dos gastos do MEC em 2021. Em seguida, daremos ênfase aos restos a pagar inscritos no exercício de 2021, dado que o empenho para pagamento em anos subsequentes tem aumentado consistentemente ao longo dos últimos anos, gerando cada vez mais compromissos futuros que ocuparão espaço das próximas Leis Orçamentárias. Por fim, trazemos os principais destaques do ano e conclusões sobre o orçamento do MEC em 2021.

2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2021

Com o fechamento do terceiro quadrimestre de 2021, é possível realizar uma análise mais detalhada e sistêmica da execução orçamentária para o agrupamento de subfunções no Ministério da Educação, conforme a Tabela 1 a seguir. O MEC encerrou 2021 com orçamento de 153 bilhões, com uma taxa de empenho de 95% e taxa de pagamento de 82%. **Dentre as etapas educacionais, a Educação Básica teve o menor percentual de empenho (93%) e pagamento (77%).** As demais etapas têm desempenho ligeiramente superior, com maior diferença no pagamento. A Educação Profissional encerrou o ano com 99% de empenho e 83% de pagamento e a Educação Superior com 98% de empenho e 87% de pagamento.

Tabela 1 - Execução do orçamento do MEC, por agrupamento de subfunção, acumulado no fechamento do 3º quadrimestre de 2021

(R\$ em milhões)

Agrupamento de subfunção	Dotação atual	Empenho	Pago	Taxa de empenho	Taxa de pagamento
	R\$	R\$	R\$	%	%
Administração e encargos trabalhistas	38.428	34.706	31.782	90%	83%
Educação Básica	53.865	50.343	41.519	93%	77%
Educação Profissional	13.140	13.066	10.875	99%	83%
Educação Superior	48.072	47.344	41.691	98%	87%
Total geral	153.505	145.458	125.867	95%	82%

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI). Elaboração: Todos Pela Educação.

Ao analisarmos apenas a subfunção Educação Básica por agrupamento de unidade orçamentária, temos um cenário de alto empenho, mas com taxas de pagamento muito heterogêneas, conforme disposto na Tabela 2. **Apesar das unidades orçamentárias apresentarem uma taxa de empenho de quase 100%, a taxa de pagamento de algumas foi consideravelmente baixa, a exemplo do INEP (39%).**

Tabela 2 - Distribuição do orçamento da subfunção Educação Básica, conforme agrupamento de unidade orçamentária, acumulado no fechamento do 3º quadrimestre de 2021

(R\$ em milhões)

Agrupamento de unidade orçamentária	Dotação atual	Empenho/DA	Pago/DA
	R\$	%	%
MEC – Direta	48	100%	27%
INEP	473	97%	39%
CAPES	728	100%	94%
FNDE	548	100%	74%
Universidades e Hosp. Univ.	37.775	91%	52%
Transf. CSE	8	100%	87%
Outras	14.285	100%	81%
Total geral	53.865	93%	77%

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI). Elaboração: Todos Pela Educação.

Na Tabela 3, apresentamos a distribuição das despesas primárias para a subfunção Educação Básica. O total da dotação do terceiro quadrimestre de 2021 teve patamar aproximado dos valores nominais de 2019 e execução semelhante aos anos anteriores, como pode ser visto na taxa de empenho e pagamento. Apesar da alta taxa de empenho para as emendas impositivas (individuais e bancada), não houve pagamento dessas despesas dentro do exercício de 2021. As emendas de relator tiveram taxa de pagamento de 25% da sua dotação total. **Chama atenção o crescimento das emendas de relator em relação ao total de recursos das emendas nos últimos dois anos.**

Tabela 3 - Distribuição do orçamento da subfunção Educação Básica, conforme indicador de resultado primário, acumulado no fechamento dos 3º quadrimestres de 2019, 2020 e 2021

(R\$ em milhões)

Despesas primárias	3º QUAD 2019			3º QUAD 2020			3º QUAD 2021		
	Dotação atual (DA)	Empenhado/DA	Pago/DA	Dotação atual (DA)	Empenhado/DA	Pago/DA	Dotação atual (DA)	Empenhado/DA	Pago/DA
Obrigatórias	37.629	100%	86%	37.413	97%	81%	48.666	93%	80%
Discrecionárias	7.954	85%	39%	3.283	96%	47%	4.427	100%	57%
PAC	30	100%	13%	-	-	-	-	-	-
Emendas Individuais	169	91%	1%	275	99%	1%	84	98%	0%
Emendas de Bancada	452	99%	0%	221	100%	0%	165	99%	0%
Emendas de Comissão	-	-	-	96	100%	76%	-	-	-
Emendas de Relator	-	-	-	1.559	100%	26%	523	100%	25%
Total geral	46.234	97%	77%	42.847	97%	76%	53.865	93%	77%

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI). Elaboração: Todos Pela Educação.

No que tange a execução do orçamento discricionário da subfunção Educação Básica por unidade orçamentária, foram observados na Tabela 4 alguns pontos de atenção. Apesar do empenho de quase 100% da dotação disponível, as taxas de pagamento ao final de 2021 foram baixas. Como já mencionado, a taxa de pagamento das despesas do INEP foi de 39%. Percebe-se que esse percentual foi atingido pelo baixo pagamento para as ações do censo escolar (31%) e exames e avaliações da Educação Básica (39%). Dentro dessa última, a partir da abertura do plano orçamentário, constatou-se que as taxas de pagamento do ENEM e do SAEB foram 37% e 51%, respectivamente. O FNDE, por sua vez, teve 55% da dotação empenhada efetivamente paga. **A ação Infraestrutura da Educação Básica, que contava com 201 milhões empenhados, teve apenas 5% desse total pago.**

Tabela 4 - Distribuição do orçamento discricionário (RP 2) da subfunção Educação Básica, por unidade orçamentária e ação, no 3º quadrimestre de 2021

(R\$ em milhões)

Unidade orçamentária/ação	Dotação atual (DA)	Empenhado/DA	Pago/D
MEC - Direta	48	100%	27%
Apoio Capacit. Professores e Profissionais para Ed. Básica (20RJ)	48	100%	27%
Outras	86	86%	41%
Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica (20RI)	43	93%	32%
Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial (21CO)	42	79%	51%
INEP	728	100%	39%
Censo Escolar da Educação Básica (4014)	4	100%	31%
Exames e Avaliações da Ed. Básica (20RM)	724	100%	39%
CAPES	548	100%	94%
Apoio Capacit. Professores e Profissionais para Ed. Básica (20RJ)	33	100%	58%
Bolsas Ed. Básica (0000)	515	100%	96%
FNDE	3.009	100%	55%
Apoio à Alfabet., EJA e a Prog. Elevação de Escolarid. com Qualif. Prof. e Part. Cidadã (214V)	5	100%	5%
Apoio à Man. Ed. Infantil (00OW)	47	100%	97%
Apoio ao Desenv. Ed. Básica (0509)	469	100%	52%
Apoio implantação de Escolas para Ed. Infantil (12KU)	50	100%	71%
Apoio Infra. Ed. Básica (20RP)	201	100%	5%
Bolsas Ed. Básica (0000)	19	100%	72%
Livros e Materiais Didáticos Ed. Básica (20RQ)	2.216	100%	59%
Universidades e Hosp. Univ.	8	100%	52%
Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica (20RI)	8	100%	52%
Total geral	4.427	100%	57%

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI). Elaboração: Todos Pela Educação.

Quando consideramos as emendas parlamentares individuais impositivas para a subfunção Educação Básica, conforme Tabela 5, verificamos que a taxa de empenho não foi inferior a 80%. **Contudo, não houve pagamento por parte do FNDE de nenhum**

empenho durante o exercício. Também vale destacar que as emendas parlamentares de bancada impositivas possuem o mesmo comportamento, conforme a Tabela 6. É característico das ações terem execução mais demorada. O novo ciclo de preenchimento do Plano de Ações Articuladas (PAR) por estados e municípios também pode ter contribuído para a baixa taxa de pagamento. No entanto, o passivo gerado, em se tratando de pagamento impositivo, merece atenção, especialmente considerando que irá ocupar espaço do orçamento do ano seguinte, mesmo que como “restos a pagar”.

Tabela 5 - Distribuição das emendas individuais impositivas (RP 6) da subfunção Educação Básica, por unidade orçamentária e ação, acumulado no fechamento do 3º quadrimestre de 2021

(R\$ em milhões)

Unidade orçamentária/ação	Dotação atual (DA)	Empenhado	Pago
FNDE	83	98%	-
Apoio ao Desenv. Ed. Básica (0509)	15	97%	-
Apoio Infra. Ed. Básica (20RP)	60	99%	-
Apoio Transp. Escolar - Caminho da Escola (0E53)	8	100%	-
Outras	2	50%	-
Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica (20RI)	2	80%	-
Total geral	84	98%	-

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI). Elaboração: Todos Pela Educação.

Tabela 6 - Distribuição das emendas de bancada impositivas (RP7) da subfunção Educação Básica, por unidade orçamentária e ação, acumulado no fechamento do 3º quadrimestre de 2021

(R\$ em milhões)

Unidade orçamentária/ação	Dotação atual (DA)	Empenhado	Pago
FNDE	165	164	-
Apoio Infra. Ed. Básica (20RP)	82	82	-
Apoio Transp. Escolar - Caminho da Escola (0E53)	83	83	-
Total geral	165	164	-

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI). Elaboração: Todos Pela Educação.

Vem sendo observadas com certa cautela, não só neste relatório como em outras análises sobre o orçamento público federal, as emendas de relator. **No âmbito do orçamento da Educação, todos os recursos dessas emendas foram destinados à ação Apoio à Infraestrutura da Educação Básica (20RP) e tem representado uma parcela considerável do total de recursos para a ação Educação.** Conforme a Tabela 7, ao final do exercício de 2021, da dotação de 523 milhões, 100% foi empenhado. **Embora as emendas individuais e de bancada não tenham nenhum pagamento, as emendas de relator possuem 25% de pagamento.**

Tabela 7 - Distribuição das emendas de relator (RP 9) da subfunção Educação Básica, por unidade orçamentária e ação, no 3º quadrimestre de 2021

(R\$ em milhões)

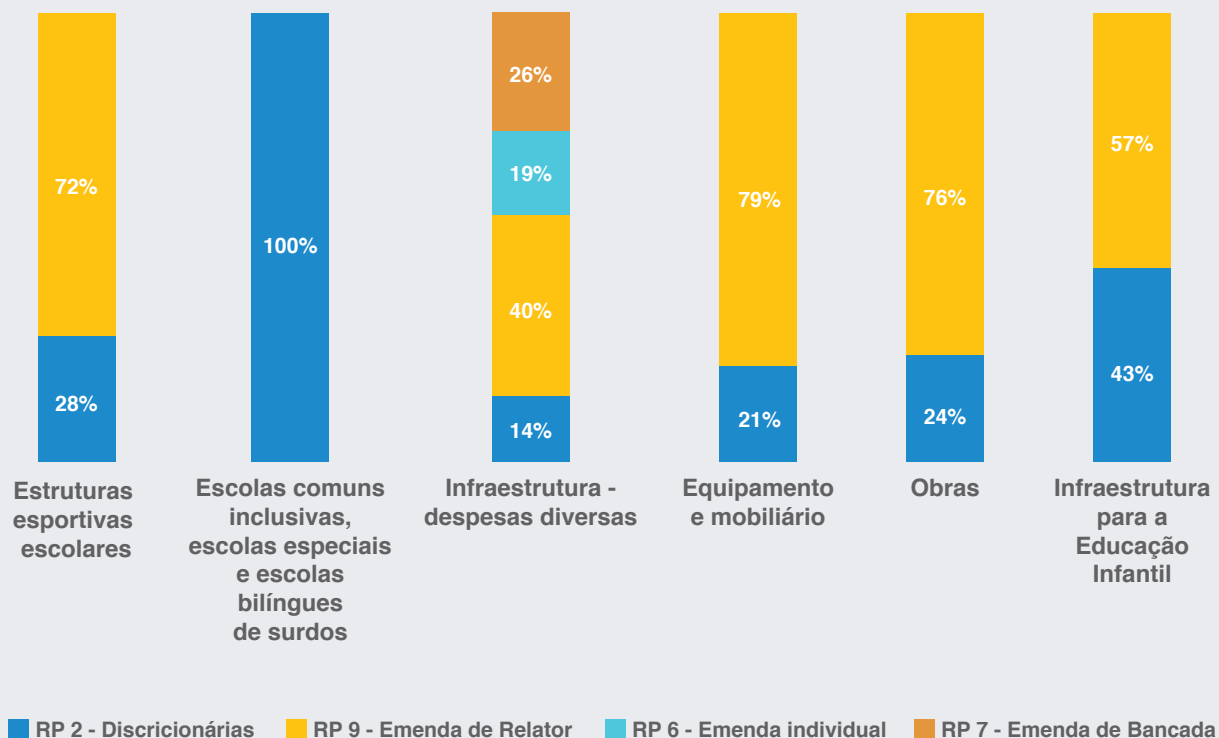
Unidade orçamentária/ação	Dotação atual (DA)	Empenhado	Pago
FNDE	523	100%	25%
Apoio Infra. Ed. Básica (20RP)	523	100%	25%
Total geral	523	100%	25%

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI). Elaboração: Todos Pela Educação.

Ainda sobre a ação Infraestrutura da Educação Básica, percebe-se a representatividade das emendas de relator (RP 9) na composição da dotação disponível. Quando decompomos a ação por seus respectivos planos orçamentários, percebemos que objetos como estruturas esportivas escolares, equipamento e mobiliário, obras e infraestrutura da Educação Infantil têm mais da metade de sua dotação dependente desse tipo de orçamento, **chegando a 79%, conforme demonstra o Gráfico 1, a seguir.** Vale destacar que **100% da dotação disponível para a ação Infraestrutura da Educação Básica foi empenhada** para o exercício de 2021.

Gráfico 1 – Composição da dotação disponível nos planos orçamentários da ação Infraestrutura da Educação Básica (20RP), por indicador de resultado primário, acumulado no fechamento do 3º quadrimestre de 2021

(R\$ em milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI). Elaboração: Todos Pela Educação.

Descrição | Gráfico de barras empilhadas com a porcentagem de composição de cada plano orçamentário por despesa primária (discricionária, emenda de relator, emenda individual e emenda de bancada). As estruturas esportivas escolares são compostas por 72% de emendas de relator e 28% de orçamento discricionário. As escolas comuns, inclusivas, especiais e bilíngues de surdos são 100% compostas por orçamento discricionário. As despesas diversas de infraestrutura são compostas 26% por emendas de bancada, 19% por emendas individuais, 40% por emendas de relator e 14% por orçamento discricionário. As obras são compostas 76% por emendas de relator e 24% por orçamento discricionário. A infraestrutura para a Educação Infantil é composta por 57% de emendas de relator e 43% de orçamento discricionário.

As ações específicas para o apoio à Educação Infantil, embora tenham taxas de pagamento mais altas em comparação com as demais ações relacionadas à Educação Básica, sofreram queda da dotação discricionária entre o 2º e o 3º quadrimestres de 2021, conforme Tabela 8. A ação de apoio à manutenção caiu de 52 milhões para 47 milhões, um decréscimo de 9,6%. O apoio à implantação foi de 83 milhões para 50 milhões no mesmo período, o que representa uma queda de 40%. No entanto, teve execução satisfatória para o final de 2021. São ações que fogem à regra de baixa taxa de pagamento verificada.

Tabela 8 - Distribuição da execução das ações relacionadas à Educação Infantil, por plano orçamentário, despesas discricionárias (RP 2), nos 2º e 3º quadrimestres de 2021

(R\$ em milhões)

Ação	2º QUAD 2021	3º QUAD 2021		
	Dotação atual (DA)	Dotação atual (DA)	Empenhado (DA)	Pago (DA)
Apoio à Man. Ed. Infantil (00OW)	52	47	100%	97%
Apoio implantação de Escolas para Ed. Infantil (12KU)	83	50	100%	71%
Total geral	135	97	100%	84%

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI). Elaboração: Todos Pela Educação.

3. ANÁLISE DOS RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO DE 2021

Os restos a pagar, que consistem nas despesas que foram empenhadas, mas não foram pagas no mesmo exercício, mantém em 2021 um comportamento semelhante aos dois anos anteriores para o órgão Ministério da Educação, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 9 – Restos a pagar do órgão Ministério da Educação, acumulado ao fechamento do 3º quadrimestre de 2019, 2020 e 2021

(R\$ em milhões)

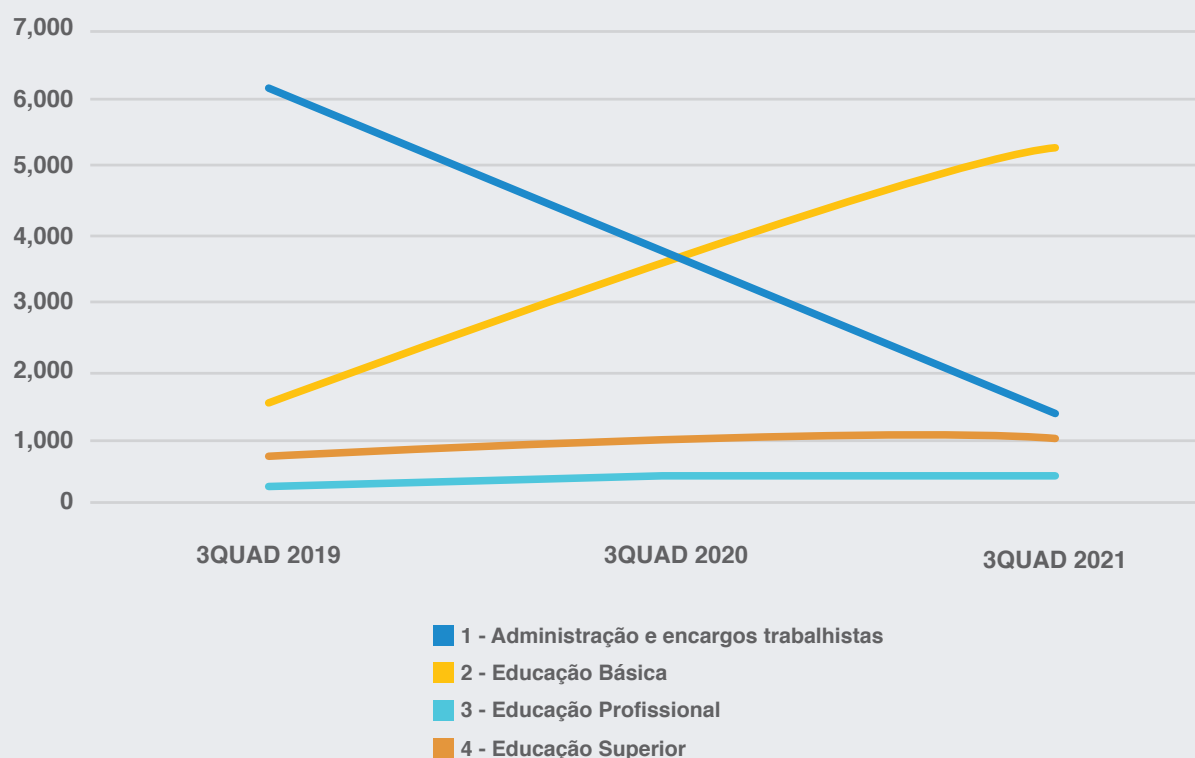
Ano	RAP INSC	RAP CANC	RAP PAGOS	RAP A PAGAR
2019	30.877.940.446	9.713.444.819	12.531.472.387	8.633.023.235
2020	31.409.191.977	7.013.840.434	15.786.864.866	8.608.486.671
2021	29.754.053.353	5.329.671.156	16.400.185.500	8.024.196.694

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI). Elaboração: Todos Pela Educação.

No entanto, o agrupamento da subfunção Educação Básica tem grande representatividade no total de restos a pagar acumulados ao final de 2021. Pode-se ver no Gráfico 2 que o total de restos a pagar para a subfunção Educação Básica dobrou nos três últimos anos. Apesar desse aumento, “administração e encargos trabalhistas” teve uma queda da mesma magnitude. Educação Profissional e Educação Superior se mantêm estáveis no mesmo período.

Gráfico 2 – Comparativo dos restos a pagar, por agrupamento de subfunção, órgão Ministério da Educação, 3º quadrimestres de 2019, 2020 e 2021

(R\$ em milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI). Elaboração: Todos Pela Educação.

Descrição | Gráfico de linhas que apresenta o comportamento dos restos a pagar das subfunções administração e encargos trabalhistas, Educação Básica, Educação Profissional e Educação Superior no fechamento dos anos de 2019, 2020 e 2021. O eixo y vai de 0 a 7 bilhões. Administração e encargos trabalhistas passa de um pouco mais de 6 bilhões em 2019 para um pouco menos de 2 bilhões em 2021. Educação Básica parte de cerca de 1,5 bilhão para aproximadamente 5,5 bilhões. Educação Profissional e Educação Superior têm comportamento estável, mantendo-se durante todos os três anos abaixo de 1 bilhão, em linhas quase contínuas.

Os restos a pagar do Ministério da Educação concentram-se prioritariamente na unidade orçamentária do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que representa 74% do total inscrito, conforme a Tabela 10. Do total de RAP do Fundo, 61% foram comprometidos com a ação Apoio à Infraestrutura da Educação Básica (20RP), conforme demonstrado na Tabela 11.

**Tabela 10 – Distribuição de RAP por unidade orçamentária do órgão
Ministério da Educação, 3º quadrimestre de 2021**

(R\$ em milhões)

Unidade orçamentária	RAP INSC	RAP CANC	RAP PAGOS	RAP A PAGAR	% DE RAP A PAGAR
MEC - Adm. Direta	13.752.056	2.616.381	6.800.917	4.334.758	0,1%
INEP	583.717.080	80.596.805	397.236.913	105.883.362	2,0%
CAPEIS	102.004.760	2.426.332	86.481.730	13.096.699	0,2%
FNDE	8.972.701.014	386.612.391	4.660.761.821	3.925.326.802	73,9%
Outras	3.075.617.778	18.763.106	1.792.477.051	1.264.377.621	23,8%
Total geral	12.747.792.688	491.015.013	6.943.758.431	5.313.019.243	100%

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI). Elaboração: Todos Pela Educação.

Tabela 11 – Distribuição de restos a pagar do FNDE, por ação, 3º quadrimestre de 2021

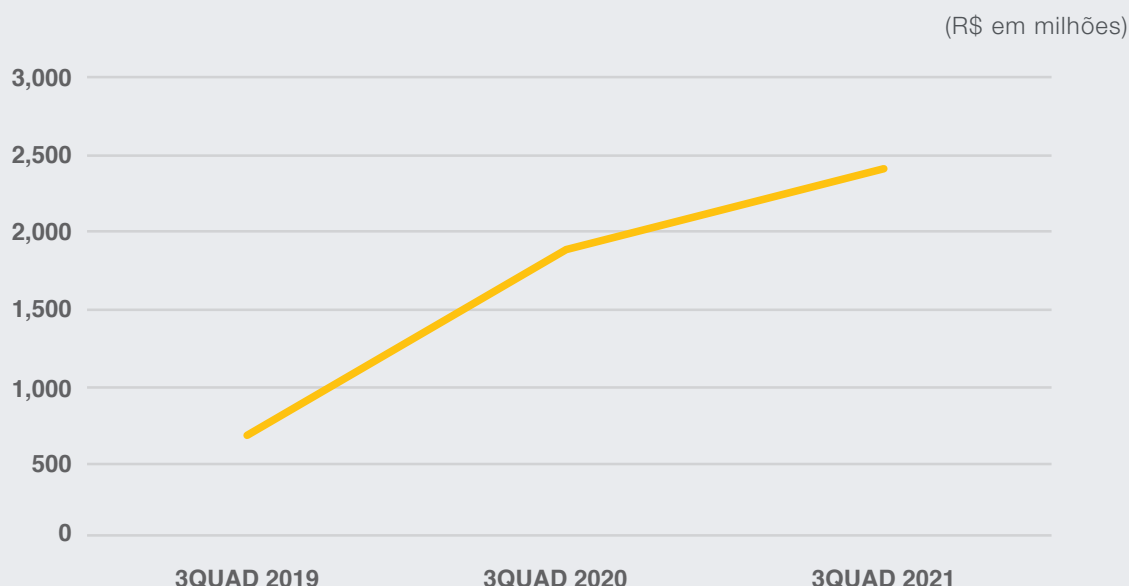
(R\$ em milhões)

AÇÃO	RAP INSC	RAP CANC	RAP PAGOS	RAP A PAGAR	% DE RAP A PAGAR
Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública (09CW)	1.661.482			1.661.482	0,04%
Complementação da União ao Fundeb (0E36)	2.730.615.243		2.484.722.180	245.893.064	6,26%
Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares (12KV)	19.481.725		559.744	18.921.981	0,48%
Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica nas Comunidades do Campo, Indígenas, Tradicionais, Remanescentes de Quilombo e das Temáticas de Cidadania, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Políticas de Inclusão dos Alunos com Deficiência (20RS)	1.485.157			1.485.157	0,04%

AÇÃO	RAP INSC	RAP CANC	RAP PAGOS	RAP A PAGAR	% DE RAP A PAGAR
Desenvolvimento de Projetos Educacionais para Acesso e Permanência na Universidade de Estudantes de Baixa Renda e Grupos Socialmente Discriminados (8741)	2.960			2.960	0,00%
Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (8744)	10.751			10.751	0,00%
Apoio à Inserção das Temáticas de Cidadania, Direitos Humanos e Meio Ambiente no Processo Educacional (8751)	2.874			2.874	0,00%
Alimentação Escolar - PNAE (00PI)	33.132.338	8.171.625	15.449.634	9.511.078	0,24%
Apoio à Alfabet., EJA e a Prog. Elevação de Escolarid. com Qualif. Prof. e Part. Cidadã (214V)	14.425.147	2.258.584	6.257.449	5.909.114	0,15%
Apoio à Man. Ed. Infantil (00OW)	1.552.916		630.023	922.893	0,02%
Apoio ao Desenv. Ed. Básica (0509)	626.214.775	29.123.223	197.635.242	399.456.310	10,18%
Apoio Capacit. Professores e Profissionais para Ed. Básica (20RJ)	1.622	22		1.600	0,00%
Apoio implantação de Escolas para Ed. Infantil (12KU)	155.669.166	42.307.471	14.788.522	98.573.172	2,51%
Apoio Infra. Ed. Básica (20RP)	2.850.606.654	155.561.131	298.727.747	2.396.317.776	61,05%
Apoio Transp. Escolar - Caminho da Escola (0E53)	586.090.441	26.737.547	312.743.456	246.609.437	6,28%
Apoio Transp. Escolar na Ed. Básica (0969)	9.275.918	8.671.885	604.034		0,00%
Bolsas Ed. Básica (0000)	10.219.770	1.366.295	1.266.485	7.586.990	0,19%
Bolsas EJA, Qualif. Prof. e Part. Cidadã (00PH)	2.018.700	1.338.800		679.900	0,02%
Dinheiro Direto na Escola (0515)	945.675.892	109.280.704	600.546.048	235.849.140	6,01%
Livros e Materiais Didáticos Ed. Básica (20RQ)	984.557.482	1.795.103	726.831.257	255.931.122	6,52%
Total geral	8.972.701.014	386.612.391	4.660.761.821	3.925.326.802	100,00%

Chama atenção a ação de infraestrutura perante as demais ações do FNDE quando observamos seu comportamento histórico. Também preocupa o crescimento dos restos a pagar nas ações de **Apoio ao Desenv. Ed. Básica (0509)**, **Apoio Transp. Escolar - Caminho da Escola (0E53)**, **Dinheiro Direto na Escola (0515)** e **Livros e Materiais Didáticos Ed. Básica (20RQ)**. Especificamente em relação à ação Apoio à Infraestrutura da Educação Básica, que tem maior quantidade de restos a pagar (na casa de 2,4 bilhões), o gráfico a seguir mostra que os restos a pagar da ação cresceram mais de três vezes nos últimos três anos.

Gráfico 3 – Comparativo dos restos a pagar da ação Apoio à Infraestrutura da Educação Básica, acumulado no fechamento dos 3º quadrimestres de 2019, 2020 e 2021



Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI). Elaboração: Todos Pela Educação.

Descrição | Gráfico de linhas que apresenta o comportamento da ação Apoio à Infraestrutura da Educação Básica no fechamento dos anos de 2019, 2020 e 2021. O eixo y vai de 0 a 3 bilhões. O ano de 2019 demonstra total de aproximadamente 600 milhões, 2020 tem um pouco menos de 2 bilhões e 2021 fecha em pouco menos de 2,5 bilhões.

Os efeitos práticos para esse aumento condizem com um aumento de despesas que só serão efetivamente pagas em exercícios subsequentes. O crescimento de RAP pode se dar pela natureza do serviço contratado, como obras. Há necessidade de planejamento na execução dessas despesas, uma vez que o aumento de RAP também representa uma diminuição na capacidade de execução nos anos seguintes. A tabela a seguir demonstra a concentração de RAP dessa ação por plano orçamentário.

Tabela 12 – Ação 20RP por plano orçamentário, acumulado ao fechamento do 3º quadrimestre de 2021

(R\$ em milhões)

Ação	RAP INSC	52 RAP CANC	53 RAP PAGOS	54 RAP A PAGAR
Apoio à Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares	86.680.022		981.846	85.698.176
Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Despesas Diversas	891.019.559	65.638.687	179.447.060	645.933.812
Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Equipamento e Mobiliário	336.339.526	13.198.174	53.432.274	269.709.077
Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Obras	1.101.856.153	76.724.270	53.450.804	3.925.326.802
Cidadania - Viver Sem Limite	150.000			150.000
Emenda de Bancada - Anexo Prioridades e Metas	156.119.694		1.322.693	154.797.002
Emenda Individual	266.405.195		10.041.972	256.363.223
Infraestrutura para a Educação Básica	11.030.561			11.030.561
Infraestrutura para a Educação Básica - Despesas Diversas	385.443		51.098	334.345
Valor Não Detalhado (Reabertura de Crédito)	620.500			620.500

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI). Elaboração: Todos Pela Educação.



4. CONCLUSÃO

O ano de 2021 foi marcado, nos noticiários, pelo atraso na aprovação da Lei Orçamentária Anual e também pelo uso das emendas de relator na composição do orçamento público. O Ministério da Educação, em paralelo, encerrou o ano com uma dotação de R\$ 153,5 bilhões, dos quais 95% foram empenhados e 82% foram pagos.

Dentre os agrupamentos de subfunção, a Educação Básica foi a que teve a menor taxa de pagamento, em torno de 77%. Tal comportamento teve, em virtude do volume de recursos destinados, relação direta com a execução da ação Infraestrutura da Educação Básica, que apresentou uma taxa de pagamento de 16%. Ainda se destaca que parte significativa do orçamento dessa ação (60%) foi diretamente dependente das emendas de relator (RP 9). Para além disso, observou-se na Educação Básica um crescimento de restos a pagar nos últimos três anos em ações estruturantes para as atividades das escolas, como as de apoio ao desenvolvimento da Educação Básica, do Dinheiro Direto na Escola e dos livros e materiais didáticos na Educação Básica.

No ano de 2022, a sociedade civil vem cobrando maior transparência das unidades orçamentárias do Ministério da Educação na execução dos seus recursos, dado que muitas vezes não é possível saber como e quando o recurso está sendo empenhado. Diversas denúncias têm sido feitas em relação à administração de recursos do órgão, tendo forte impacto em como a gestão do Ministério da Educação tem sido avaliada.

Esperamos que os dados deste relatório apoiem as análises em relação ao trabalho do MEC e incentivem a melhoria da gestão, especialmente considerando as perversas consequências da pandemia na Educação e a apatia com que o Governo Federal tem reagido às necessidades dos estados e municípios na retomada das atividades presenciais.



TODOS
PELA
EDUCAÇÃO



 TODOSPELAEDUCACAO.ORG.BR

 [/TODOSEDUCACAO](https://www.facebook.com/TODOSEDUCACAO)

 [@TODOSEDUCACAO](https://twitter.com/TODOSEDUCACAO)

 [@TODOSPELAEDUCACAO](https://www.instagram.com/TODOSPELAEDUCACAO)

 [/USER.TODOSPELAEDUCACAO](https://www.youtube.com/user/TODOSPELAEDUCACAO)

 [/COMPANY/TODOSPELAEDUCACAO](https://www.linkedin.com/company/TODOSPELAEDUCACAO)

 TODOS PELA EDUCAÇÃO